



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA  
HIDROMINERAL DE LINDOIA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

*Capital Nacional da Água Mineral*

**OFÍCIO Nº 003/2026 GP**

Assunto: Encaminha Projeto de Lei Complementar

Lindoia, 08 de Janeiro de 2026.

Senhor Presidente e Senhores Vereadores

Com grande honra que enviamos a esta Casa das Leis o presente Projeto de Lei Complementar nº 001/2026, que: **"Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e dá outras providências correlatas"**.

O referido Projeto de Lei Complementar visa repor as perdas salariais decorrentes do exercício de 2025. A revisão geral anual é proposta no importe de **5,85% (cinco inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento)**, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026. Esta medida é fundamental para garantir a manutenção do poder de compra dos servidores, tratando-se de providência de extrema necessidade e relevante interesse público.

A proposta encontra-se devidamente fundamentada e amparada tecnicamente. O projeto cumpre os pressupostos do Art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), acompanhado da devida estimativa de impacto financeiro e orçamentário.

A despesa projetada com pessoal para o exercício de 2026, já considerando o reajuste, é de 38,09% da Receita Corrente Líquida (RCL). Este valor permanece significativamente abaixo do limite de alerta (48,60%) e do limite máximo (54,00%) estabelecidos pela LRF. Tal medida demonstra que a Administração Municipal priorizou a valorização do funcionalismo público dentro das margens de segurança fiscal, garantindo que a despesa possua total adequação orçamentária e financeira, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Diante disso, tendo em vista que se trata de medida de extrema necessidade para os servidores públicos, solicitamos a aprovação deste Projeto de Lei, em regime de **URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**, nos termos do artigo 45 da Lei Orgânica Municipal, pelo relevante interesse público, e se necessário em reuniões extraordinárias nos termos do artigo 32, inciso II, da mesma Lei.

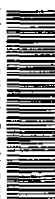
Sendo o que cumpria para o momento, subscrevo-me com votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES**  
PREFEITO MUNICIPAL

A Sua Excelência, o Senhor  
**WILIANO JOAQUIM GRANCONATO DE SOUZA**  
D. Presidente da Câmara Municipal da Estância Hidromineral de Lindoia - SP

Câmara Municipal da Estância  
Hidromineral de Lindoia



PROTOCOLO GERAL 4/2026  
Data: 08/01/2026 - Horário: 16:34  
Legislativo



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA  
HIDROMINERAL DE LINDOIA**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
*Capital Nacional da Água Mineral*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 08 DE JANEIRO DE  
2026**

"Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e dá outras providências correlatas".

**LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES**, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE LINDOIA – ESTADO DE SÃO PAULO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal, a partir do mês de Janeiro de 2026, autorizado a realizar a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais, no percentual de 5,85% (cinco inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento).

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância Hidromineral de Lindoia, aos 08 de janeiro de 2026.

  
**LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES**  
PREFEITO MUNICIPAL



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA  
HIDROMINERAL DE LINDOIA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

*Capital Nacional da Água Mineral*

**DECLARAÇÃO**

**Considerando os Art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)**

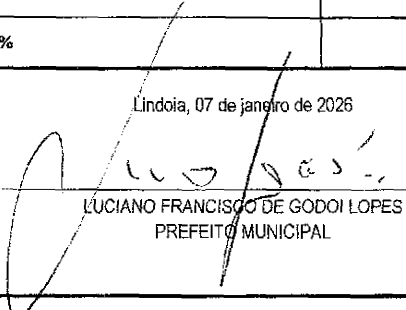
**DECLARO**, sob as penas da Lei, que o objeto do referido **Projeto de Lei Complementar nº 001/2026**, não causará impacto orçamentário-financeiro nos exercícios de 2026, 2027 e 2028, pois será temporário e coberto com recursos do superávit financeiro do exercício anterior e também por excesso de arrecadação.

**DECLARO**, ainda que a referida despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Sem mais firmo o presente.

Prefeitura da Estância Hidromineral de Lindoia, aos 08 de janeiro de 2026.

  
**LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES**  
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO			
Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro Art.16 – L.R.F.			
EVENTO - LRF, Art. 16, "caput".		( ) Criação ( ) Expansão ( x ) Aperfeiçoamento	
REVISÃO GERAL ANUAL			
INDICAÇÃO LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VIGENTE		ORIGEM DOS RECURSOS LRF, Art. 17, § 2º.	
PPA - Plano Plurianual - Lei nº 1.824/2025 (2026 à 2029)		( x ) Previsão Orçam. Inicial	
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei nº 1.825/2025		( ) Crédito Adicional	
LOA - Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.846/2025		( ) Superávit Exercício Anterior	
PREMISSAS E METODOLOGIA DE CÁLCULO – LRF - Art. 16, § 2º.			
<p>Conforme os diplomas legais acima mencionados, existe previsão para a despesa do gênero. Com efeito, tomamos a iniciativa de formalizar este processo administrativo que tem como objetivo cumprir os pressupostos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que concerne à estimativa do impacto financeiro e orçamentário dessa operação, juntando, para tal, os documentos que o instrui, cuja permissão e metodologia estão fundamentadas da seguinte forma:</p>			
<p>1) Relativamente ao impacto financeiro e orçamentário do exercício em que a despesa venha a se iniciar, foi tomada por base a previsão integral da receita para o respectivo exercício, sem computar superávit financeiro do exercício anterior, apurado do Balanço Patrimonial, visto não haver o fechamento do exercício anterior.</p>			
<p>2) Com relação aos dois exercícios subsequentes, foram computadas apenas as despesas decorrentes da manutenção de novas ações propostas nos termos da Lei.</p>			
<p>3) Em Receita Prevista (B) utilizou-se a Receita Prevista no Orçamento para 2026. Para 2027 inflacionou-se 3,80% e para 2028 inflacionou-se 3,50% (Expectativa de Mercado IPCA, Boletim FOCUS 02/01/2026).</p>			
<p>4) Com relação aos três exercícios para projeção da RCL (C), para 2026 utilizou-se a RCL prevista no Orçamento. Para 2027 inflacionou-se 3,80% e para 2028 inflacionou-se 3,50% (Expectativa de Mercado IPCA, Boletim FOCUS 02/01/2026).</p>			
<p>5) Em Custo da Nova Despesa (E) calculou-se a Revisão Geral Anual em 5,85%, considerando a alíquota patronal de 16% para 2026 e 20% para 2027 e 2028, aumento gradual conforme Lei nº 14.973/2024 (cálculos constantes nos Anexos I e II). Para os anos de 2026, 2027 e 2028 considerou-se 12 meses, somando ainda 13º salário e 1/3 de férias.</p>			
<p>6) Para cálculo da Despesa com pessoal projetada (I), para 2026, calculou-se a despesa com pessoal até novembro de 2025 somado o custo da nova despesa anual (E). Para os anos de 2027 e 2028 considerou-se a despesa com pessoal somando o custo da despesa total anual, sem previsão de reajuste salarial.</p>			
<p>7) No Percentual da Despesa com Pessoal Projetada (%) (I) considerou-se a despesa de pessoal projetada (I), somando o custo da nova despesa dividindo pela RCL projetada (C).</p>			
Descrição	2026	2027	2028
(A) Superávit financeiro do exercício anterior R\$	0,00	0,00	0,00
(B) Receita prevista no orçamento R\$	64.113.045,76	66.549.341,50	68.878.568,45
(C) RCL prevista no orçamento R\$	63.008.045,76	65.402.351,50	67.691.433,80
<b>(D) (A+B) Disp. Financ. p/ Despesas Fixadas no Orçamento. R\$</b>	<b>64.113.045,76</b>	<b>66.549.341,50</b>	<b>68.878.568,45</b>
<b>(E) Custo da nova despesa "Incremento" no ano.</b>	<b>1.014.850,21</b>	<b>1.054.875,77</b>	<b>1.054.875,77</b>
(F) (E/C) Estim. do impacto Financeiro "Incremento" sobre RCL (%)	1,6107%	1,6129%	1,5584%
(G) (E/D) Estim. do impacto orçamentário "Incremento" sobre Disponibilidade Financeira (%)	1,5829%	1,5851%	1,5315%
(I) Despesa com pessoal projetada R\$	24.000.175,47	24.040.201,03	24.040.201,03
<b>(J) (I/C) Despesa com pessoal projetada %</b>	<b>38,09%</b>	<b>36,76%</b>	<b>35,51%</b>
<p>Lindoia, 07 de janeiro de 2026</p> <p></p> <p>LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES PREFEITO MUNICIPAL</p>			

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**  
(LRF, arts. 20, 21, 22 E 59).

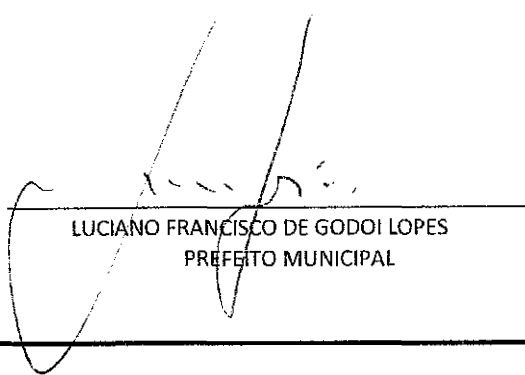
Ao apurar a matéria acerca da despesa com pessoal cabe evidenciar os limites legais a que serão examinados.

Limite máximo (incisos I, II e III, art 20 da LRF) 54,00 %

Limite prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF ) 51,30 %

Limite de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF ) 48,60 %

Lindoia, 07 de janeiro de 2026

  
\_\_\_\_\_  
LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES  
PREFEITO MUNICIPAL

**DESPACHO ADMINISTRATIVO - (LRF, art. 16, inciso I).**

Visto. De acordo com presente procedimento administrativo e ratificando-o integralmente, determino que deste faça parte a declaração abaixo, na forma do art. 16, inciso I, da LRF, reputando, cumpridas as formalidades legais.

Lindoia, 07 de janeiro de 2026

  
\_\_\_\_\_  
LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS - (LRF, art. 16, inciso II).**

Na qualidade de ordenador de despesas, DECLARO que o presente gasto tem suficiente dotação orçamentária, firme e consistente expectativa de suporte de caixa e possui compatibilidade com o PPA - Plano Plurianual e com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.

Lindoia, 07 de janeiro de 2026

  
\_\_\_\_\_  
LUCIANO FRANCISCO DE GODOI LOPES  
PREFEITO MUNICIPAL